

Oferta de cursos cresce, mas o acesso ainda é para poucos

Edson Pinto de Almeida

O ensino superior brasileiro vive o melhor e o pior dos mundos. De um lado há dados que mostram resultados notáveis. O número de pesquisadores cresceu dez vezes nas últimas duas décadas e hoje o Brasil já superou a Rússia em produção científica, de acordo com a Thomson Reuters. Não está longe de superar a Índia, o que deixará o país atrás apenas da China no grupo do BRIC. O problema não está na oferta de cursos. A partir de 1998, houve uma expansão sem precedentes, com abertura para a iniciativa privada. Foram criadas mais de 1.300 faculdades e centros universitários no país. De acordo com o último censo, há cerca de 6 milhões de jovens frequentando cursos de graduação. A questão maior é como estimular a demanda.

Os dados oficiais mostram que apenas 13% dos jovens entre 18 e 24 anos estão incluídos nessa etapa da educação. A meta fixada pelo Plano Nacional de Educação era alcançar 30% em 2011. Para o professor de economia do Insper, Eduardo de Carvalho Andrade, esse quadro é consequência do gargalo existente hoje no ensino médio. "É preciso dar formação adequada para esse jovem prosseguir no curso superior ou chegar com uma boa formação para ingressar no mercado de trabalho", diz.

Para Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), uma das formas de atrair jovens para o banco da escola é mostrar experiências bem sucedidas. Um projeto piloto levado às comunidades está sendo feito em conjunto com designers de moda. "Temos um polo de confecção importante, capaz de gerar oportunidades de trabalho. A ideia é atingir um público entre 13 a 15 anos, incentivando formação técnica e especialização superior", diz.

Um estudo elaborado pelo departamento de competitividade da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostra que o Brasil forma 60 mil engenheiros por ano, enquanto na China esse número é dez vezes maior. A grande procura por esses profissionais ganhou visibilidade em função da perspectiva de vultosos investimentos no setor de infraestrutura. José Ricardo Roriz, diretor da Fiesp, observa que a demanda por profissionais nas áreas de energia, biotecnologia, meio ambiente também deve se intensificar.

De acordo com o economista e educador Cláudio de Moura Castro, o ensino superior brasileiro está muito à frente de nossos vizinhos no continente, seja em construções, laboratórios, parque de computadores e professores com mestrado e doutorado. Para ele, o calcanhar de Aquiles é a fraca qualidade dos alunos. A seu ver, a sangria no ensino médio acaba provocando um ponto de estrangulamento antes do vestibular que limita o crescimento das matrículas no curso superior.

Para o ministro da Educação, Fernando Haddad, uma das soluções é acabar com o vestibular. "É preciso eliminar essa camisa de força para poder melhorar e diversificar o ensino médio", afirma. Segundo ele, 25 instituições já abandonaram o vestibular e adotaram o Enem como mecanismo de entrada. Na avaliação de Moura Castro o ensino médio brasileiro é difícil demais e possui currículos excessivos, oferece um cardápio único sem levar em conta o nível dos alunos e não consegue preparar o aluno nem para o vestibular nem para o mundo do trabalho. "Não há país no mundo que tenha criado tamanha assombração", afirma.

A falta de preparo dos alunos tem sido a justificativa utilizada pelas instituições privadas de ensino superior quando cobradas a respeito da qualidade dos cursos. Hoje no Brasil o ensino superior é predominantemente privado. Das 2.252 instituições existentes no país, 90% são privadas. Existe um equilíbrio apenas nas universidades: 97 são públicas e 86 são privadas, de acordo com dados oficiais do IBGE.

Para Eduardo Andrade, do Insper, a expansão do ensino superior por meio da iniciativa privada foi benéfica mas não eliminou uma distorção. "Os mais ricos estudam nas escolas públicas enquanto os mais pobres dependem de linhas de financiamento para frequentarem as escolas

privadas", diz. Ele é favorável a à adoção de um modelo, como o australiano, em que o aluno depois de formado devolva de alguma forma o recurso que o Estado investiu.

Roriz defende um planejamento nos moldes de uma política industrial. "Hoje a maioria dos engenheiros vai trabalhar no mercado financeiro. Por que não aprimorar o currículo dos cursos de economia e administração para evitar essa migração?", argumenta.

Esse reposicionamento dos cursos de administração e da educação executiva já começou nas instituições de ponta. A FGV-EAESP, de São Paulo, introduziu novas disciplinas e vem ajustando seus cursos para as novas demandas do mercado de trabalho. "Estamos direcionando nosso foco para o empreendedorismo e para a internacionalização, além de ampliar o contato dos alunos com a prática", diz a vice-diretora da instituição, Maria José Tonelli.



Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 3 fev. 2010, Educação, p. 5.